

**ABORDAGEM METODOLÓGICA EM ESTUDOS DECOLONIAIS: POSSÍVEL DIÁLOGO  
ENTRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL**

**PATRICIA ASUNCIÓN LOAIZA CALDERÓN**  
UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY (UNIGRANRIO)  
patricialc@hotmail.com

# ABORDAGEM METODOLÓGICA EM ESTUDOS DECOLONIAIS: POSSÍVEL DIÁLOGO ENTRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

## INTRODUÇÃO

A reflexão acerca das escolhas epistemológicas e metodológicas na elaboração de projetos de pesquisa é fundamental porque visa clarificar não apenas o percurso básico da investigação, mas também, enunciar a visão de mundo, como o(a) pesquisador(a) aflora em consequência de um processo crítico-reflexivo. O compromisso desafiador de desenvolver pesquisas com viés decolonial significa romper com as formas metodológicas tradicionais da área de administração, principalmente aquelas de viés positivista-funcionalista.

Neste ensaio, partimos do princípio de que as consequências da modernidade são trágicas no contexto da região chamada de América Latina. Fundamentamos que na perspectiva da colonialidade epistêmica, os Estudos Organizacionais (EO) “limitaram-se a teorias tradicionais e métodos retirados do Centro, a fim de replicar suas descobertas” (IBARRA-COLADO, 2006, p. 470). Portanto, a realidade de América Latina requer outras visões de mundo que sejam capazes de lidar com as crises da modernidade, levando em consideração os conhecimentos e experiências das populações locais tradicionais.

Ibarra-Colado (2006) identifica a presença de um conjunto de mecanismos que busca, sobretudo, marginalizar o conhecimento produzido na região, restando ao pesquisador subalterno resistir ou se sujeitar às regras impostas pelos países anglófonos, pois “para pertencer à ‘comunidade internacional’, deve falar a língua do Centro, usar seus conceitos, discutir suas agendas e estar em conformidade com o estereótipo do ‘sul imperfeito’, mantendo um ‘silêncio educado’ sobre as causas reais de seus problemas” (2006, p. 471).

Da mesma forma, testemunhamos movimentos acadêmicos para redescobrir e reavaliar o pensamento epistemológico do Sul, como por exemplo, o chamado Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, criado em 1992. Este grupo se desagregou em 1998 devido a dificuldades para abandonar as perspectivas eurocêntricas. No entanto, no mesmo ano, surgiu o Grupo Modernidade / Colonialidade (M/C) e, em 2000, foi lançada uma das publicações coletivas mais importantes do M/C: “*La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*” (BALLESTRIN, 2013, p. 97). Este tema recorrente está associado à diferença colonial e geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2002) e outras cinco contribuições do grupo M/C são apresentadas na Figura 1.

**Figura 1. Contribuições do grupo M/C**

1	A narrativa original que resgata e insere a América Latina como o continente fundacional do colonialismo, e, portanto, da modernidade.
2	A importância da América Latina como primeiro laboratório de teste para o racismo a serviço do colonialismo.
3	O reconhecimento da diferença colonial, uma diferença mais difícil de identificação empírica na atualidade, mas que fundamenta algumas origens de outras diferenças.
4	A verificação da estrutura opressora do tripé colonialidade do poder, saber e ser como forma de denunciar e atualizar a continuidade da colonização e do imperialismo, mesmo findados os marcos históricos de ambos os processos.
5	A perspectiva decolonial, que fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana, em diálogo com a produção de conhecimento.

Fonte: Adaptado de Ballestrin (2013, p. 110).

Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses organizam, em 2010, obra valiosa que reúne representantes do M/C e do pensamento decolonial, intitulado “Teorias e Epistemologias do Sul” (SANTOS e MENESES, 2010). Em resumo, as consequências provenientes da modernidade eurocêntrica são nefastas. Isto porque “o tratamento hegemônico do conhecimento, baseando-se numa epistemologia ocidental (Norte) que ignora o ‘resto’ do mundo (Sul)” (ÖZKAZANÇ-PAN, 2008) levou à produção e à disseminação do conhecimento “predominantemente pensados no Norte e para o Norte” (BALLESTRIN, 2013, p. 109), logo, a um processo de colonialidade epistêmica (IBARRA-COLADO, 2006, 2012).

Nas organizações, “os limites do anglocentrismo e seu colonialismo organizacional são evidenciados, demonstrando fracassos de muitas das receitas de moda de suposta validade universal” (IBARRA-COLADO, 2006, p. 142). Nos Estados, torna premente uma nova visão de mundo capaz de tratar as crises e a realidade Latino-Americana. Por isso, Ibarra-Colado (2008) sublinha a urgência de um diálogo transdisciplinar que contemple as especificidades do Sul para melhor compreender e explicar suas singularidades.

Cabe destacar que para Mignolo (2008), Wamán Poma de Ayala e Otabbah Cugoano, seriam os primeiros autores de tratados políticos decoloniais. Estes, no entanto, não conquistaram o mesmo prestígio que Hobbes, Locke ou Rousseau. Mas, segundo o autor, Tawantinsuyu, Anáhuac e o Caribe Negro são as “Grécias” e “Romas” das Américas (MIGNOLO, 2003, p. 32).

O pensamento decolonial “tem como razão de ser e objetivo, a decolonialidade do poder” (MIGNOLO, 2007, p. 30) e, para isso, é premente “a descolonização epistemológica, a fim de dar um largo passo em direção a uma nova comunicação intercultural, a um intercâmbio de experiências e de significações, como a base de outra racionalidade que possa pretender, com legitimidade, alguma universalidade.” (QUIJANO, 1992, p.447). É necessário compreender ainda, que “a pluriversalidade transmoderna transcende a modernidade eurocêntrica ao não propor a substituição desta por outra modernidade, mas, sim, a construção de um mundo em que diversos mundos e conhecimentos podem coexistir.” (FARIA e WANDERLEI, 2013, p. 572)

Neste ponto, explicitamos que a opção decolonial não é apenas “uma opção de conhecimento, uma opção acadêmica, um domínio de estudo, mas uma opção de vida, de pensar e de fazer” (MIGNOLO, 2014, p.44). Isto quer dizer que é uma forma de, “viver e conviver com aqueles que acham que a opção decolonial é a deles e com aqueles que tem encontrado opções paralelas e complementárias à decolonial” (MIGNOLO, 2014, p. 44). Portanto, é imprescindível assumir a necessidade de romper com a colonialidade epistêmica, uma vez que, conforme salientam Abdalla e Faria (2015):

A opção decolonial é concebida não apenas por um conceito ou por uma definição, mas principalmente, por ação e engajamento. Estes requerem desobediência para desafiar a colonialidade do conhecimento imposta há mais de cinco séculos pela modernidade eurocêntrica universalista, em detrimento da transmodernidade pluriversal. (ABDALLA e FARIA, 2015, p.8)

Essa desobediência aos cânones da ciência positivista, importada de forma acrítica, significa na área de administração assumir três caminhos metodológicos, conforme sugerido por Abdalla e Faria, a saber: “(i) desenvolvimento de alternativas metodológicas descolonizadas; (ii) estabelecimento de anarquismo metodológico; (iii) manutenção da subordinação epistêmico-metodológica.” (2015, p. 11).

Neste ensaio, assumimos que é necessária a primeira proposta, ou seja, apostar na construção de alternativas metodológicas decoloniais. No entanto, segundo Borsani “ainda não se tem consolidado uma metodologia sobre esta perspectiva” (2014, p.162) e “felizmente [...] não há possibilidade de um único desenho e/ou protocolo metodológico quando se trata de abordagens decoloniais.” (2014, p. 164). Isto quer dizer que “não há um protocolo metodológico decolonial; porque a metodologia decolonial é, uma reconstrução *a posteriori* da investigação que somente pode ser explicitada uma vez terminada a investigação” (2014, p. 165). Em outras palavras, a autora postula que se pode reconstruir o feito, porém, não podemos predeterminá-lo se pretendemos fugir dos protocolos e standardizações do conhecimento.

Esse é, pois, o desafio para pesquisadores que pretendem adotar uma abordagem decolonial, já que não há uma fórmula ideal, não há a certeza absoluta sobre o método. Ao contrário, conforme apontado por Borsani e Quintero (2014, p. 17) a decolonialidade “inquieta e desassossega. Convida a práticas desobedientes, a desprendimentos e a indisciplinas, a dar um giro, a virar a hegemonia ocidental e imperial que impôs uma ordem mundial à custa dos interesses de domínio e opressão”.

Salientamos, nesse ponto, as exigências dos programas de mestrado e doutorado quanto à elaboração de um projeto de pesquisa em “formato” predeterminado. Esta prática se torna uma imposição violenta daquilo que seria cientificamente recomendável porque desta forma continuamos perpetuando o positivismo, considerado como “totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2010, p. 10).

Assim, conforme apontado por Borsani (2014, p. 151-152):

É comum ver estabelecida na seção de metodologia a apresentação do tema a investigar dividido em partes [...]. Devemos antecipar os passos que daremos, o percurso prefixado, a folha de rota desenhada e quais avanços[...] se espera obter. Assim, com antecipação à atividade investigativa, devemos dar conta de qual será o procedimento a se adotar [...] devemos antecipar, quase com exatidão, qual será o roteiro a seguir, o modo de abordagem das variáveis, prever as dificuldades, etc. Sem dúvida, esta é uma tarefa *impossível* [grifo nosso], uma vez que, não se está encarando a investigação propriamente dita e sim se fazendo um relato em registro conjectural dos resultados que serão obtidos no futuro, sem tê-los obtido ainda, o que passa a ser um ponto problemático, uma vez que sabendo de antemão, escrupulosa y minuciosamente o que procuramos encontrar, não nos aventuraríamos no trabalho exploratório investigativo [...] que se tornaria inútil uma vez que já contaríamos com a ‘coisa’ conhecida.[tradução nossa]

Essa violência da metodologia “disciplinada” se naturaliza e manifesta quando se segue um protocolo sequencial de ações para atingir um conhecimento, segundo as “regras do colonizador” (HABER, 2011, p.29). Contudo, o problema maior não são essas exigências metodológicas e sim, conforme salienta Borsani “a sua condição de colonizada [...] resultado de uma imposição colonial em conformidade com os padrões de conhecimento eurocêntricos [...] (e) responde a uma standardização do saber com a pretensão de universalidade e neutralidade” (2014, p. 152).

Cabe destacar, o questionamento a que nos propomos neste ensaio de apresentar a abordagem teórico-metodológica da ACD atrelada aos estudos decoloniais (QUIJANO, 1992; DUSSEL, 2005; MIGNOLO, 2008) e às epistemologias do Sul (SANTOS, 2010) como uma alternativa metodológica as abordagens tradicionais no contexto Latino-Americano.

Este ensaio está estruturado em três seções além desta introdução. Na segunda, apresentamos breve revisão da análise crítica do discurso, e na terceira da literatura focada nas epistemologias do Sul. Na quarta seção, propomos uma possível abordagem metodológica híbrida descolonizada. Nas considerações finais, fazemos uma reflexão que deixa um caminho aberto para novas indagações e a adoção desta abordagem teórico-metodológica em projeto de pesquisa no Brasil.

## **SOBRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Recorremos à Teun A. van Dijk para descrever o que é a análise crítica do discurso, uma vez que ele é considerado um dos pioneiros da análise do discurso com perspectiva sociocultural (PARDO ABRIL, 2014). Segundo Dijk (1999), a análise crítica do discurso (ACD) “é um tipo de investigação analítica sobre o discurso que estuda [...] o modo em que o abuso do poder social, o domínio e a desigualdade são praticados, reproduzidos e ocasionalmente combatidos, pelos textos e a fala no contexto social e político” (1999, p.23). O referido autor deixa claro que é fundamental para os analistas críticos, “a consciência explícita do seu papel na sociedade” (1999, p.23). Desta forma, a ACD é uma investigação que tentará contribuir para empoderar quem não têm poder, com a finalidade de ampliar a justiça e a igualdade social. (1999, p.24).

A postura teórica-metodológica da ACD, segundo Pardo Abril (2013, p. 13-14), tem produzido mudanças nos analistas do discurso na forma de “analisar e compreender os problemas socioculturais, desde os discursos próprios dos grupos e das comunidades, a fim de desvendar e resistir ao exercício do poder, [...] quando exercido para aprofundar formas de desigualdade, discriminação e a exclusão social”.

Fairclough (2001) na sua obra “Discurso e Mudança Social” apresenta aspectos práticos da Análise do Discurso, considerados por ele como sendo “diretrizes gerais, indicadoras dos principais elementos e das considerações que se aplicam à análise de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 275). Essas diretrizes abordam três pontos específicos: dados, análise e os resultados. As orientações são interessantes para podermos construir o *corpus* da pesquisa, assim como para realizar a transcrição, codificação e seleção de amostras no *corpus*. No que diz respeito à análise, o autor aborda os seguintes aspectos: i) a prática discursiva, a mesma que está subdividida em: interdiscursividade, cadeias intertextuais, coerência, condições da prática discursiva, intertextualidade manifesta; em seguida, trata do ii) o texto, subdividido em: controle interacional, coesão, polidez, *ethos*, gramática, transitividade, tema, modalidade, significado das palavras, criação de palavras, metáfora, matriz social do discurso, ordens de discurso e efeitos ideológicos e políticos do discurso; por fim, trabalha iii) os resultados. Uma leitura minuciosa e atenta da obra de Fairclough (2001) traz contribuições para quem pretende usar a ACD, inclusive na área de administração, assim, tem-se teses de doutorado que adotaram este método. Por exemplo, a tese de Abdalla (2014) que utiliza a ACD numa perspectiva decolonial e que traz pistas interessantes para a adoção de ambas as propostas teórico-metodológicas.

Nesse sentido, também é útil, para uma melhor compreensão de fundamentos-chave da ACD, o resumo que apresenta Dijk (1999) sobre os princípios básicos da ACD, contemplados por Fairclough e Wodak (1997), conforme ilustra na Figura 2:

**Figura 2. Princípios básicos da ACD**

<b>Análise Crítica do Discurso</b>	
<ol style="list-style-type: none"><li>1. A ACD trata de problemas sociais</li><li>2. As relações de poder são discursivas</li><li>3. O discurso constitui a sociedade e a cultura</li><li>4. O discurso faz um trabalho ideológico</li><li>5. O discurso é histórico</li><li>6. A ligação entre o texto e a sociedade é mediato</li><li>7. A análise do discurso é interpretativo e explicativo</li><li>8. O discurso é uma forma de ação social</li></ol>	Princípios Básicos

Fonte: Dijk (1999).

A partir destes princípios básicos, é possível afirmar que há um novo olhar sobre o fenômeno da comunicação, buscando uma compreensão dos processos sociais ancorados principalmente no discurso. Desta forma, dependendo do *locus* de enunciação, da cultura, do momento histórico e da *voz outra* [subalternizada] que está sendo escutada, podemos desvendar ideologias hegemônicas ou pensamentos *outros*, num processo em que se conjugam “o descritivo, o analítico e o interpretativo” (PARDO ABRIL, 2013, p.47).

Todavia, salientamos que existem várias vertentes de Análise Crítica do Discurso (ver VIEIRA et al, 2009).

a ADC ocupa-se dos problemas sociais e analisa, com visão crítica, os aspectos linguísticos e semióticos dos processos e dos problemas sociais, de forma a propor que as mudanças sociais e políticas, na sociedade contemporânea, incluem, geralmente, um elemento discursivo substancial de mudança cultural e ideológica. (VIEIRA et al, 2009, p. 8-10).

Apesar de não ser o propósito deste ensaio problematizar cada uma delas, registramos que a ACD privilegia: a linguística crítica sistêmica; a Semiótica Social; a mudança sociocultural e mudança no discurso; o exame sociocognitivo; o método histórico-discursivo; as análises da leitura; e a Escola Duisburg. (VIEIRA et. al., 2009). No entanto, neste ensaio optamos pela proposta sociocognitiva de Dijk (2003, p. 144) para quem a ACD “é uma perspectiva crítica de produção do conhecimento [...] que não nega, mas assume e defende a sua posição social e política. Ou seja, a ACD é tendenciosa – e orgulhosa disso”. A seguir apresentamos breve revisão da literatura focada nas Epistemologias do Sul como parte da proposta deste ensaio de diálogo teórico-metodológico.

## **EPISTEMOLOGIAS DO SUL**

O livro de Boaventura de Sousa Santos intitulado “Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social” traz aportes significativos uma vez que o autor tece uma série de argumentos para explanar, do ponto de vista epistemológico, os fundamentos do pensamento sociológico denominado "A Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências: para uma ecologia de saberes". Segundo o autor,

A *Sociologia das Ausências* trata da superação das monoculturas do saber científico, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escola dominante, centrada hoje no universalismo e na globalização, além da produtividade mercantil do trabalho e da natureza. O caminho proposto pelo autor baseia-se na ideia de uma contraposição às cinco monoculturas, cinco ecologias, cujo espaço e tempos situam-se nas sociedades colocadas à margem pelos centros hegemônicos colonizadores nas lutas, experiências e saberes das organizações populares: *a ecologia dos saberes*, que

postula um diálogo do saber científico com o saber popular e laico; *a ecologia das temporalidades*, que considera diferentes e contraditórios tempos históricos; *a ecologia do reconhecimento*, que pressupõe a superação das hierarquias; *a ecologia da "transescala"*, que possibilita articular projetos locais, nacionais e globais; e, por fim, *a ecologia das produtividades*, centrada na valorização dos sistemas alternativos de produção da economia solidária, popular e autogestionária. (SANTOS, 2007, p. 9)

Em relação ao conceito de epistemologias do Sul, Santos e Meneses (2009) afirma que:

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes (SANTOS e MENESES, 2009, p. 7).

Uma dessas epistemologias do Sul, por exemplo, é o paradigma indígena de pesquisa que é “uma proposta recente que irrompe nos espaços classicamente destinados à ciência moderna, como uma prática para a recuperação e conservação do saber ancestral”. (ROBLES, 2013, p. 62). Para o autor, este paradigma é parte de uma agenda social e política de descolonização e autodeterminação dos povos indígenas e se caracteriza por estar embasada “na cosmovisão e conhecimento indígena, que orienta a criação de marcos 'teóricos' e 'metodológicos' de pesquisa, onde as práticas culturais e formas de expressão indígena tem uma profunda ligação com o pesquisador, o processo de pesquisa e os participantes” (2013, p.62). Desta forma, obedece a uma série de normas tradicionais autóctones e a um sistema de valores surgidos na luta pela autodeterminação. Assim, este paradigma é levado à prática “através dos ensinamentos ancestrais, tais como a observação, a interpretação, a reflexão, a percepção, a memória, os sonhos, as visões, as cerimônia e rituais, bem como a utilização de métodos clássicos de pesquisa que são **hibridizados** [grifo nosso] estrategicamente” (2013, p.62)

Há um diálogo entre os postulados dos autores decoloniais: Quijano, Dussel e Mignolo com as propostas de Santos, uma vez que todos denunciam a colonialidade do poder e do saber ao mesmo tempo em que reconhecem que é possível a pluriversidade do saber ou a ecologia de saberes, principalmente quando se dá voz a quem tem sido subalternizado e silenciado, numa proposta decolonial emancipadora. No entanto, Santos (2014) reconhece que as Epistemologias do Sul se deparam com um grande desafio:

O quarto desafio, talvez dos mais exigentes para as Epistemologias do Sul é o desafio das metodologias. Como é que nós podemos produzir outro tipo de conhecimento com as metodologias convencionais? [...] um é o que nós chamamos o uso contra-hegemônico de metodologias convencionais. Podemos fazer as metodologias quantitativas ou qualitativas de recolha de dados desde que, nós saibamos que não estudamos “sobre”, estudamos “com”. Estudar “com” é totalmente diferente de estudar “sobre” e isto não pode ser feito com estas metodologias, temos que inventar outras metodologias. (SANTOS, 2014, p. 6-7)

Identificamos que há uma lacuna quanto a essas metodologias e que ainda é preciso percorrer um longo caminho para a legitimidade das mesmas. Contudo, existem pesquisas na área de administração que tem avançado nesse sentido como, por exemplo, a tese de Machado (2015) que utilizou a *Cartografia simbólica*, proposta por Boaventura de Sousa Santos, como proposta metodológica que vai ao encontro das epistemologias do Sul.

## ABORDAGEM METODOLÓGICA HÍBRIDA DECOLONIZADA

A partir da revisão da literatura, identificamos um movimento de hibridização no que diz respeito à adoção de metodologias *outras* para as pesquisas decoloniais. Assim, no embasamento das propostas teóricas decoloniais, em termos metodológicos, há uma adaptação das metodologias interpretativistas do Norte, como por exemplo, a ACD. Há uma série de técnicas de coleta de dados para compor o *corpus* da pesquisa como a entrevista, a pesquisa documental, desenhos, entre outros, utilizados pelas pesquisas de abordagem qualitativa e que certamente vão ao encontro da compreensão de fenômenos sociais de uma forma oposta à abordagem quantitativa hegemônica em gestão, em particular, e nas ciências sociais, em geral.

No ensaio de Filho et. al (2015) são apresentados trabalhos que “mostram o alcance as práticas decoloniais em diversos campos e áreas do conhecimentos” (2015, p.6), tanto no Brasil como em alguns países da América Latina. Destacamos que no campo da administração, principalmente no Brasil, essas “práticas” ou “metodologias” decoloniais são incipientes e precisam ser disseminadas e amadurecidas pela comunidade acadêmica.

Para uma melhor compreensão das possibilidades metodológicas dos estudos decoloniais, Robles (2013) esquematiza de forma elucidativa vários aspectos dos paradigmas positivista, interpretativo, transformativo e indígena a partir da obra de Chilisa (2012). Na Figura 3 apresentamos parte do esquema analítico que tem relação com a proposta desde ensaio.

**Figura 3. Aspectos comparativos entre paradigmas**

	<b>Paradigma Positivista</b>	<b>Paradigma Interpretativo</b>	<b>Paradigma Transformativo</b>	<b>Paradigma Indígena de pesquisa</b>
<b>Fundamentos filosóficos</b>	Formado principalmente pelo realismo, o idealismo, e o realismo crítico.	Formado pela hermenêutica e a fenomenologia.	Formado pela teoria crítica, o discurso pós-colonial, as teorias feministas, teorias com enfoque na categoria raça e teorias neomarxistas.	Formado pelo sistema de conhecimentos indígenas, teoria crítica, discurso pós-colonial, teorias feministas, teorias com enfoque na categoria raça e teorias neomarxistas.
<b>Metodologia</b>	Desenhos de pesquisa: quantitativo, correlacional, quase experimental, experimental, causal comparativo.	Desenhos de pesquisa qualitativa: fenomenológico, etnográfico, interação simbólica, naturalista.	Desenhos de pesquisa: combinação de pesquisa-ação qualitativa e quantitativa; pesquisa participativa.	Enfoques de investigação participante, libertadora e transformativa e metodologias desde os sistemas de conhecimentos indígenas.
<b>Técnicas para a coleta de dados</b>	Principalmente questionários, observações, testes e experimentos.	Principalmente entrevistas, observação participante, imagens, fotografia, diários e documentos.	Técnicas de coleta de dados culturalmente adequadas.	Técnicas embasadas sobre a sagacidade filosófica, etno-filosófica, marcos da linguagem, sistemas de conhecimentos indígenas, história oral, rodas de conversação e <b>técnicas adaptadas desde os outros três paradigmas.</b> [grifo nosso]

Fonte: adaptado e traduzido de Robles (2013 p. 74-75).



Cabe notar, por exemplo, no paradigma indígena de pesquisa que consideramos como uma das epistemologias do sul, a especial importância que se dá à pesquisa participante, o seu caráter libertador e transformador, assim como o reconhecimento da filosofia indígena, ignorados pelos tratados filosóficos tradicionais (ZEA, 1974). Da mesma forma, a história oral e as rodas de conversas fazem parte das técnicas de coleta de dados, assemelhando-se à proposta de Boaventura de Sousa Santos com as “Conversas do Mundo”, que consiste em “colocar frente a frente homens ou mulheres com origens variadas que partilham vidas dedicadas à luta pela dignidade humana ou à reflexão sobre os problemas do mundo [...] a partir de diferentes lugares de enunciação” (ALICE, 2012, s.n.).

Portanto, com base nos autores apresentados neste ensaio, parece viável a hibridização como alternativa inicial, uma vez que acreditamos que pesquisadores “engajados” com a opção decolonial comungam com as propostas de estudar “com” uma multiplicidade de métodos sem perder a criticidade e levar em consideração o *locus* de enunciação para trazer contribuições que vão ao encontro de uma postura decolonial Latino-Americana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste ensaio é questionar se a adoção da análise crítica do discurso em estudos decoloniais seria uma alternativa em pesquisas no contexto Latino-Americano, particularmente na área de administração no Brasil. Entendemos que este ensaio é apenas um ponto de partida para uma série de questionamentos que ainda precisam ser aprofundados, contudo, encontramos possibilidades que permitem enveredar pelos caminhos da pesquisa interpretativa decolonial.

Destacamos que a metodologia disciplinada e asfixiante, naturalizada sob o discurso universal da ciência positivista-funcionalista, deve ser repensada para que se transforme em uma nometodologia, isto é: “seguir todas aquelas possibilidades que o caminho esquece, que o protocolo obstrui, que o método reprime.” (HABER, 2011, p. 29).

Ao analisarmos a ACD, a abordagem decolonial e as epistemologias do Sul identificamos um ponto em comum: a preocupação com a questão do poder. Embora a ACD tenha surgido no Norte, a preocupação com a justiça e a igualdade social é um aspecto que está presente nas epistemologias do Sul, e portanto é um ponto de contato entre as abordagens.

A adoção da ACD em pesquisa com abordagem decolonial, com o uso da entrevista como técnica de coleta de dados, entre outras do paradigma interpretativista, bem como as técnicas do paradigma indígena, como as rodas de conversa, a história oral, mitos, sonhos, etc., convergem basicamente para a compreensão de fenômenos sociais culturalmente e historicamente situados no Sul. Caberá aos pesquisadores, munidos de leitura crítica para compreender “*saberes outros*” que desvendem a *colonialidade epistêmica*, e a *colonialidade do poder*, pesquisar a partir do Sul para o Sul em uma perspectiva *pluriversal*.

Ao final, enfatizamos que é possível a adoção de abordagem metodológica híbrida descolonizada que integre de forma complementar metodologias dos paradigmas apresentados neste ensaio. Levamos também em consideração que esse leque de alternativas, na sua diversidade, já contesta o paradigma hegemônico – positivista-funcionalista - do Norte. As vozes do Sul não podem ser subalternizadas, nem apagadas, é preciso coragem para que pesquisadores adotem práticas *desobedientes*, e sejam capazes de *desprendimentos* e *indisciplinas*, no intuito de utilizar alternativas metodológicas emancipadoras, compatíveis com as denominadas epistemologias do Sul.

As reflexões deste ensaio informam projeto de pesquisa, na área de administração, focado na Gestão Internacional de Recursos Humanos (GIRH) no intuito de desvendar manifestações de reprodução discursiva da ideologia do management desde uma perspectiva decolonial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALICE – Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo, 2012. Disponível em: <<http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/about/?lang=pt>>. Acesso: 29 fev. 2016.

ABDALLA, M. **Repensando o Duplo Movimento Polanyiano a Partir do Desenvolvimento de Estratégias Sociais**: um Olhar Sobre o Setor de Energia Nucleoelétrica à Luz da Opção Decolonial. 2014. 305 f. Tese (Doutorado em Administração)- Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

ABDALLA, M; FARIA, M. Em defesa da opção decolonial em administração: rumo à uma concepção de agenda. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 5, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, Brasil, 2015.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília*, s/v, n. 1, p.89-117, maio/ago. 2013.

BORSANI, M. Reconstrucciones Metodológicas y / o Metodologías a posteriori. **Astrolabio**, [S.l.], n. 13, dic. 2014. Disponível em: <<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/9028> >. Acesso em: 22 fev. 2016.

BORSANI, M; QUINTERO, P. (Comps.) **Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo**. Neuquén: EDUCO. Universidad Nacional del Comahue, 2014.

COLÓQUIO INTERNACIONAL ALICE, 2014, Coimbra. *Sessão inaugural do Colóquio ALICE por Boaventura de Sousa Santos*. Rio de Janeiro, ESPM, 2014.

CHILISA, B. **Indigenous Research Methodologies**. London: SAGE, 2012

DIJK, T.A. La multidisciplinaridade del análisis crítico del discurso: un alegato en favor de la diversidad. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003.

\_\_\_\_\_. El análisis crítico del discurso. **Anthropos**, Barcelona, v. 186, p. 23-36, sept.-oct., 1999.

DUSSEL, E. **Filosofia da Libertação: Crítica à Ideologia da Exclusão**. 3ª Ed. São Paulo: Paulos, 2005

FAIRCLAUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2001.

FAIRCLAUGH N; WODAK, R. Criticall discourse analysis. In: Van Djik, T.A. (ed), *Discourse Studies: A multidisciplinary introductions*. v. 2, **Discourse as social interaction**, Londres: Sage, 1997.

FARIA, A.; WANDERLEY, S. Fundamentalismo da gestão encontra a descolonialidade: repensando estrategicamente organizações familiares. **Cad. EBAPE.BR** [online]. 2013, vol.11, n.4, p. 569-587.

- FILHO, V.; et al. Engajando Administração aos Estudos Decoloniais: um panorama atual e os principais desafios para a área. In: **XVIII SEMEAD**, 18, 2015, São Paulo, **Anais...** São Paulo, Brasil, 2015.
- HABER, A. F. Nometodología payanesa. Notas de metodología indisciplinada. **Revista Chilena de Antropología**, n. 23, 1 Semestre, p. 9-49, 2011.
- IBARRA-COLADO, E. Como comprender y transformar los Estudios Organizacionales desde América Latina y no morir en el intento, in: Martinez, A, Rabiela, R.G., Vessuri, H., Corona, A.V. (Eds.) **Apropiación social del conocimiento y aprendizaje: una mirada crítica desde diferentes ámbitos**, Madrid: Plaza y Valdez editores, 2012.
- \_\_\_\_\_.Is there any future for critical management studies in Latin America? Moving from epistemic coloniality to 'trans-discipline'. **Organization**, v. 15, n. 6, p. 932-935, 2008.
- \_\_\_\_\_.Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from margins. **Organization**, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidade, in: **Perú Indígena**, Lima, vol. 13, n. 29, 1992.
- MACHADO, M. **Caminhos da adaptação intercultural na expatriação: uma cartografia simbólica da dignidade de latino-americanos no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). Universidade Presbiteriana Mackenzie, MACKENZIE, São Paulo 2015.
- MIGNOLO, W. Retos decoloniales, hoy, In: BORSANI, M; QUINTERO, P. (Comps.) **Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo**. Neuquén: EDUCO. Universidad Nacional del Comahue, 2014.
- \_\_\_\_\_. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifiesto y un caso. **Tabula Rasa**, n. 8, p. 243-282, 2008.
- \_\_\_\_\_.El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto, in CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Coords.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.
- \_\_\_\_\_. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **The South Atlantic Quarterly**, v.101, n.1, p. 57-95, 2002.
- \_\_\_\_\_. Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. In: Castro-Gómez, S.; Mendieta, E. (Coords.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Porrúa, 1998.
- ÖZKAZANÇ-PAN, B. International management meets 'the rest of the world'. **Academy of Management Review**, v. 33, n.4, p. 964-974, 2008.
- PARDO ABRIL, Neyla Graciela *et al.* **Cómo hacer análisis crítico del discurso: Una perspectiva latinoamericana**. 2ª ed., Bogota: Universidad Nacional de Colombia Instituto de Estudios en Comunicación y Cultura (IECO), 2013.
- ROBLES, A Gabriel A. et.al. **Luchas, experiencias y resistencias en la diversidad y multiplicidad**, Bogotá: Mundo Berriak, 2013.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ZEA, Leopoldo. **El pensamiento Latinoamericano**. Distrito Federal: Editorial Ariel, 1974.